

Governo espera fechar acordo com banqueiros a partir de setembro

BRASÍLIA — Dificilmente o Brasil concluirá a renegociação da dívida externa com os bancos credores até 31 de agosto, quando termina a prorrogação do acordo que permite ao País pagar apenas os juros, adiando as amortizações do principal.

O Governo, no entanto, não está apreensivo com esta possibilidade, pois acredita que os banqueiros manterão estas mesmas condições de pagamentos, enquanto o Brasil negocia um acordo plurianual, não assumindo nenhuma postura mais rígida, já que a situação de caixa do País lhe dá credibilidade.

Um assessor do Presidente José Sarney afirmou que o Brasil só teria problemas se sua imagem fosse ruim. Mas lembrou que o Governo tem hoje reservas em divisas de US\$ 8,5 bilhões e mantém bom saldo na balança comercial. Além disso, as taxas de juros no mercado internacional estão em seu mais baixo nível dos últimos anos e com tendência a novas quedas; e os preços do petróleo, principal produto de importação, também estão baixando.

A fonte comenta, ainda, que o Brasil não terá necessidade de dinheiro novo este ano e vem pagando rigoro-

samente em dia os juros da dívida, não sendo do interesse dos credores um endurecimento nas negociações.

Outro assessor do Presidente Sarney destacou que o mais importante no momento é fechar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pré-condição para um melhor entendimento com os bancos. O Governo espera concluir as negociações com o Fundo até o fim deste mês, mas não precisa pressa nas conversações com os banqueiros, acrescenta.

Os dois assessores acreditam que o FMI aceitará as propostas apresentadas pelo Brasil e que a Junta Diretora (Board) da instituição compreenderá que o Governo já decidiu todos os cortes possíveis nos gastos públicos.

Somados às antecipações da arrecadação tributária, os cortes garantirão uma redução de Cr\$ 30,2 trilhões no déficit público operacional que o FMI estimou em Cr\$ 70 trilhões. Pelos cálculos de um dos assessores, o déficit operacional é, na verdade, de Cr\$ 52 trilhões e, com a revisão das estimativas da receita dos Estados e estatais, o País estaria em condições de eliminar este saldo negativo.